

SUMÁRIO

1. JURISDIÇÃO	51
1.1. Conceito.....	51
1.2. Equivalentes jurisdicionais.....	52
1.2.1. Autotutela.....	52
1.2.2. Formas consensuais de solução de conflitos	53
1.2.2.1. Introdução.....	53
1.2.2.2. Espécies.....	54
1.2.2.2.1. Autocomposição.....	54
1.2.2.2.2. Mediação.....	55
1.2.2.2.3. Tratamento procedimental da conciliação (autocomposição) e mediação..	56
1.2.2.2.3.1. Introdução.....	56
1.2.2.2.3.2. Centros judiciários de solução consensual de conflitos.....	56
1.2.2.2.3.3. Local físico da conciliação e mediação.....	56
1.2.2.2.3.4. Conciliador e mediador.....	57
1.2.2.2.3.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos...	58
1.2.2.2.3.5.1. Introdução.....	58
1.2.2.2.3.5.2. Independência.....	58
1.2.2.2.3.5.3. Imparcialidade.....	58
1.2.2.2.3.5.4. Normalização do conflito.....	59
1.2.2.2.3.5.5. Autonomia da vontade.....	59
1.2.2.2.3.5.6. Confidencialidade.....	59
1.2.2.2.3.5.7. Oralidade.....	60
1.2.2.2.3.5.8. Informalidade.....	60
1.2.2.2.3.5.9. Decisão informada.....	60
1.2.2.2.3.5.10. Isonomia entre as partes.....	61
1.2.2.2.3.5.11. Busca do consenso.....	61
1.2.2.2.3.6. Cadastros.....	61
1.2.2.2.3.7. Remuneração do conciliador e do mediador.....	62
1.2.2.2.3.8. Impedimento do conciliador e do mediador.....	62
1.2.2.2.3.9. Causas de exclusão	62

1.2.2.3.10.	Solução consensual no âmbito administrativo.....	63
1.2.2.3.11.	Conciliação e mediação extrajudiciais	63
1.2.3.	Arbitragem.....	63
1.3.	Escopos da jurisdição	65
1.4.	Características principais	66
1.4.1.	Caráter substitutivo	66
1.4.2.	Lide	67
1.4.3.	Inércia	67
1.4.4.	Definitividade	69
1.5.	Princípios da jurisdição.....	69
1.5.1.	Investidura.....	69
1.5.2.	Territorialidade (aderência ao território).....	69
1.5.3.	Indelegabilidade.....	70
1.5.4.	Inevitabilidade.....	71
1.5.5.	Inafastabilidade.....	71
1.5.6.	Juiz natural.....	75
1.5.7.	Promotor natural	75
1.6.	Espécies de jurisdição	76
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	76
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	76
1.6.3.	Jurisdição comum e especial	76
1.7.	Jurisdição voluntária	77
1.7.1.	Características.....	77
1.7.1.1.	Obrigatoriedade.....	77
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo.....	77
1.7.1.3.	Juízo de equidade	77
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	78
1.7.2.	Natureza jurídica.....	78
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo.....	79
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto.....	79
1.7.2.3.	Ausência de lide	79
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados.....	80
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento	80
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	80
1.8.	Tutela jurisdicional	81
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	81
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais	82
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	84
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais.....	85
1.8.4.1.	Introdução.....	85
1.8.4.2.	Formas de concretização da tutela diferenciada	86
1.8.4.3.	Cláusula geral de negócio jurídico processual.....	87
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade)	87
1.8.6.	Sistema processual	88
2.	AÇÃO.....	93
2.1.	Teorias da ação.....	93
2.1.1.	Teoria imanentista (civilista).....	93
2.1.2.	Teoria concreta da ação.....	94
2.1.3.	Teoria abstrata do direito de ação	94
2.1.4.	Teoria eclética.....	95

2.1.5.	Teoria da asserção.....	96
2.2.	Condições da ação.....	97
2.2.1.	Introdução.....	97
2.2.2.	Possibilidade jurídica do pedido.....	98
2.2.3.	Interesse de agir.....	99
2.2.4.	Legitimidade.....	100
2.3.	Elementos da ação.....	102
2.3.1.	Introdução.....	102
2.3.2.	Partes.....	102
2.3.3.	Pedido.....	104
2.3.3.1.	Certeza e determinação do pedido.....	104
2.3.3.2.	Pedidos genéricos.....	105
2.3.3.2.1.	Universalidade de bens.....	105
2.3.3.2.2.	Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	105
2.3.3.2.3.	Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu.....	107
2.3.3.3.	Pedido implícito.....	107
2.3.3.4.	Cumulação de pedidos.....	109
2.3.3.4.1.	Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	109
2.3.3.4.1.1.	Pedidos não podem ser incompatíveis entre si.....	110
2.3.3.4.1.2.	Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	110
2.3.3.4.1.3.	Identidade procedimental.....	111
2.3.3.4.2.	Espécies de cumulação.....	111
2.3.4.	Causa de pedir.....	113
3.	PROCESSO.....	115
3.1.	Introdução.....	115
3.1.1.	Processo como procedimento.....	115
3.1.2.	Processo como contrato.....	115
3.1.3.	Processo como um quase contrato.....	116
3.1.4.	Processo como relação jurídica.....	116
3.1.5.	Processo como situação jurídica.....	116
3.1.6.	Processo como procedimento em contraditório.....	117
3.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório.....	117
3.1.8.	Conclusão.....	117
3.2.	Procedimento.....	117
3.3.	Relação jurídica processual.....	118
3.3.1.	Composição.....	118
3.3.2.	Características.....	118
3.3.3.	Pressupostos processuais.....	119
3.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz).....	120
3.3.3.1.1.	Investidura.....	120
3.3.3.1.2.	Imparcialidade.....	120
3.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes).....	121
3.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte.....	121
3.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo.....	122
3.3.3.2.3.	Capacidade postulatória.....	123
3.3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos.....	123
3.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos.....	123
3.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos.....	124
3.3.3.3.2.1.	Demanda.....	124
3.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta.....	125

3.3.3.3.2.3.	Citação válida.....	125
3.3.3.3.2.4.	Regularidade formal	125
3.4.	Princípios processuais.....	126
3.4.1.	Devido processo legal.....	126
3.4.2.	Contraditório	126
3.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	127
3.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	128
3.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes.....	128
3.4.2.4.	Contraditório inútil.....	130
3.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado).....	131
3.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório).....	132
3.4.4.	Motivação das decisões	133
3.4.4.1.	Motivação e fundamentação.....	133
3.4.4.2.	Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais.....	134
3.4.4.3.	Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais	134
3.4.4.3.1.	Introdução	134
3.4.4.3.2.	Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo.....	135
3.4.4.3.3.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais.....	135
3.4.4.3.4.	Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	136
3.4.4.3.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente.....	136
3.4.4.3.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir	137
3.4.4.3.7.	Distinção (distinguishing) e superação (overruling) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes	137
3.4.4.4.	Fundamentação per relationem.....	138
3.4.4.5.	Colisão entre normas.....	139
3.4.5.	Isonomia.....	140
3.4.6.	Publicidade dos atos processuais	141
3.4.7.	Princípio da economia processual.....	143
3.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	144
3.4.9.	Princípio da razoável duração do processo.....	145
3.4.10.	Princípio da cooperação.....	147
3.4.11.	Princípio da boa-fé e lealdade processual	149
3.4.12.	Primazia no julgamento do mérito.....	153
4.	COMPETÊNCIA	155
4.1.	Introdução.....	155
4.2.	Competência relativa e absoluta.....	156
4.2.1.	Competência relativa.....	156
4.2.1.1.	Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	156
4.2.1.2.	Reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	157
4.2.1.3.	Momento para alegação da incompetência relativa	159
4.2.2.	Competência absoluta.....	159
4.2.2.1.	Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	159
4.2.2.2.	Momento de arguição da incompetência absoluta	160
4.2.3.	Identities procedimentais	160
4.2.3.1.	Forma de alegação da incompetência	160
4.2.3.2.	Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados.....	162
4.3.	Crítérios para fixação da competência.....	163
4.4.	Limites da jurisdição nacional	164
4.4.1.	Introdução – princípio da efetividade.....	164

4.4.2.	Competência internacional concorrente e exclusiva.....	164
4.4.3.	Litispêndência internacional.....	166
4.5.	Espécies de competência	166
4.5.1.	Competência territorial.....	166
4.5.1.1.	Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 46 do CPC	167
4.5.1.2.	Direito real imobiliário – art. 47 do CPC	168
4.5.1.3.	Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e ações em que o espólio for réu – art. 48 do CPC.....	169
4.5.1.4.	Réu ausente – art. 49 do CPC	170
4.5.1.5.	Réu incapaz – art. 50 do CPC.....	170
4.5.1.6.	União	170
4.5.1.7.	Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF	171
4.5.1.8.	Estado ou Distrito Federal.....	171
4.5.1.9.	Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do CPC	172
4.5.1.10.	Ação de alimentos – art. 53, II, do CPC.....	173
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 53, III, “a”, do CPC	173
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do CPC	173
4.5.1.13.	Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do CPC.....	174
4.5.1.14.	Obrigações a ser cumpridas – art. 53, III, “d”, do CPC.....	174
4.5.1.15.	Direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa (art. 53, III, “e”, do CPC)	174
4.5.1.16.	Sede da serventia notarial ou de registro	175
4.5.1.17.	Reparação de dano – art. 53, IV, “a”, do CPC	175
4.5.1.18.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do CPC	175
4.5.1.19.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do CPC	176
4.5.2.	Competência funcional	176
4.5.2.1.	Conceito.....	176
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta?.....	177
4.5.2.2.1.	Art. 47 do CPC – ações reais imobiliárias.....	177
4.5.2.2.2.	Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública	178
4.5.3.	Competência em razão da matéria	178
4.5.4.	Competência em razão da pessoa.....	179
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa	179
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995	179
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001	180
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009	181
4.5.5.4.	Foros regionais (distritais).....	181
4.6.	Competência da justiça federal	181
4.6.1.	Competência em razão da pessoa (ratione personae).....	182
4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”	182
4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal	182
4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	182
4.6.1.1.3.	União e ação de usucapião.....	183

4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual.....	183
4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	184
4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”.....	185
4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”.....	185
4.6.2.	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>).....	185
4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”.....	185
4.6.2.2.	Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”.....	186
4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	186
4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”	186
4.7.	Prorrogação de competência.....	186
4.7.1.	Conceito	186
4.7.2.	Prorrogação legal	187
4.7.2.1.	Conexão e continência	187
4.7.2.1.1.	Conceito.....	187
4.7.2.1.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão	188
4.7.2.1.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos	189
4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	190
4.7.2.2.	Ausência de alegação de incompetência relativa	192
4.7.3.	Prorrogações voluntárias.....	192
4.7.3.1.	Eleição de foro.....	192
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor	193
4.8.	Prevenção.....	194
4.8.1.	Conceito	194
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.....	194
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 43 do CPC	194
4.10.	Competência adequada	195
5.	COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL	197
5.1.	Introdução.....	197
5.2.	Sujeitos da cooperação	198
5.3.	Tipos de cooperação.....	198
5.4.	Instrumentos de cooperação.....	199
5.5.	Atos de cooperação	203
5.5.1.	Atipicidade.....	203
5.5.2.	Rol do art. 69, § 2º, do CPC.....	203
6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	205
6.1.	Introdução.....	205
6.2.	Sucumbência e causalidade	205
6.3.	Cabimento de condenação em honorários advocatícios.....	207
6.4.	honorários sucumbenciais recursais	208
6.5.	Valor dos honorários sucumbenciais	211
6.6.	Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais	213
6.7.	Sucumbência recíproca	214
6.8.	Pagamento na pessoa da sociedade de advogados	215
6.9.	Termo inicial dos juros	215

6.10. Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado	215
6.11. Legitimidade para impugnar e executar	216
6.12. Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais	218
7. GRATUIDADE DE JUSTIÇA	221
7.1. Beneficiários da assistência judiciária	221
7.2. Benefício da gratuidade	222
7.3. Gratuidade e adiantamento de honorários periciais	223
7.4. Concessão parcial de gratuidade e parcelamento	224
7.5. Condenação do beneficiário da gratuidade	224
7.6. Procedimento	225
7.6.1. Forma do pedido de concessão da gratuidade	225
7.6.2. Indeferimento do pedido	225
7.6.3. Deferimento do pedido	226
7.6.4. Impugnação à decisão concessiva do benefício	226
7.6.5. Instrução probatória	226
7.6.6. Revogação do benefício	226
7.6.7. Recorribilidade	226
7.7. Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade	227
8. LITISCONSÓRCIO	229
8.1. Conceito	229
8.2. Hipóteses de cabimento	229
8.3. Classificação do litisconsórcio	230
8.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto	230
8.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente)	230
8.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo	231
8.3.4. Litisconsórcio unitário e simples	232
8.4. Limitação do litisconsórcio facultativo	232
8.4.1. Introdução	232
8.4.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz	233
8.4.3. Pedido da parte	233
8.4.4. Litisconsórcio recusável?	233
8.4.5. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo	234
8.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções	235
8.6. Litisconsórcio ativo necessário?	237
8.7. Existe a intervenção iussu iudicis no processo civil brasileiro?	239
8.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário	239
8.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo	240
8.10. Dinâmica entre os litisconsortes	240
8.10.1. Introdução	240
8.10.2. Atos de disposição de direito	241
8.10.3. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do CPC)	241
8.10.4. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, caput, do CPC)	242
8.10.5. Produção da prova	243
8.10.6. A confissão e o litisconsórcio	243
8.10.7. Prazo para os litisconsortes	244
9. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	247
9.1. Intervenções típicas e atípicas	247
9.1.1. Processo/fase de conhecimento	247

9.1.1.1.	Intervenções da Lei 9.469/1997	248
9.1.1.2.	Ação de alimentos.....	248
9.1.2.	Processo/fase de execução.....	251
9.1.3.	Ação probatória autônoma.....	251
9.2.	Assistência.....	252
9.2.1.	Introdução.....	252
9.2.2.	Assistência simples (adesiva).....	252
9.2.3.	Assistência litisconsorcial (qualificada)	253
9.2.3.1.	Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?	253
9.2.4.	Procedimento da assistência	254
9.2.5.	Os poderes do assistente simples	256
9.2.6.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	257
9.2.7.	Imutabilidade da justiça da decisão.....	257
9.2.8.	Justiça da decisão e coisa julgada	258
9.3.	Denúnciação da lide	259
9.3.1.	Conceito	259
9.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	260
9.3.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto	260
9.3.2.2.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do CPC).....	260
9.3.3.	Facultatividade	261
9.3.4.	Qualidade processual do denunciado	262
9.3.5.	Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado	263
9.3.6.	Denúnciação sucessiva.....	265
9.3.7.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	265
9.3.8.	Procedimento da denúnciação pelo réu	265
9.4.	Chamamento ao processo	267
9.4.1.	Conceito	267
9.4.2.	Hipóteses de cabimento.....	268
9.4.3.	Procedimento	269
9.4.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor	270
9.5.	incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	271
9.5.1.	Introdução.....	271
9.5.2.	Momento	272
9.5.3.	Procedimento	272
9.5.4.	Recorribilidade	275
9.5.5.	Fraude à execução.....	276
9.6.	Amicus curiae.....	276
9.6.1.	Introdução.....	276
9.6.2.	Interesse institucional.....	277
9.6.3.	Requisitos.....	278
9.6.4.	Aspectos procedimentais	278
10.	NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL	281
10.1.	Negócio jurídico processual	281
10.1.1.	Espécies de negócios jurídicos processuais	281
10.1.2.	Negócios jurídicos processuais típicos.....	281
10.1.3.	Cláusula geral de negócios jurídicos processuais	282
10.1.4.	Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do CPC.....	283
10.1.4.1.	Introdução.....	283
10.1.4.2.	Acordo procedimental.....	283

10.1.4.3.	Posições processuais	284
10.1.5.	Momento	285
10.1.6.	Requisitos formais	285
10.1.6.1.	Introdução	285
10.1.6.2.	Requisitos formais gerais do negócio jurídico	286
10.1.6.3.	Direitos que admitam a autocomposição	286
10.1.6.4.	Nulidade	287
10.1.6.5.	Inserção abusiva em contrato de adesão	287
10.1.6.6.	Vulnerabilidade	288
10.1.7.	Limites à liberdade das partes	288
10.1.7.1.	Introdução	288
10.1.7.2.	Normas fundamentais do processo	289
10.1.7.3.	Normas cogentes	290
10.1.7.4.	Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei	292
10.1.8.	Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual	292
10.1.9.	Casuística	293
10.2.	Calendário procedimental	293
10.2.1.	Introdução	293
10.2.2.	Negócio jurídico plurilateral	294
10.2.3.	Momento de definição do calendário	294
10.2.4.	Revisão excepcional do calendário	295
11.	ATOS PROCESSUAIS	297
11.1.	Introdução	297
11.2.	Da Prática Eletrônica de Atos Processuais	297
11.2.1.	Introdução	297
11.2.2.	Atos processuais por meio eletrônico	297
11.2.3.	Prática eletrônica de atos notariais e de registro	298
11.2.4.	Garantias dos sistemas de automação processual	298
11.2.5.	Publicidade	298
11.2.6.	Acesso e participação das partes e de seus procuradores	299
11.2.7.	Garantias de natureza técnica	299
11.2.8.	Registro do ato processual eletrônico	299
11.2.9.	Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico	300
11.2.10.	Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais	300
11.2.11.	Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos	300
11.2.12.	Facilitação no acesso aos autos eletrônicos	301
11.3.	Dos atos das partes	301
11.3.1.	Eficácia imediata dos atos processuais	301
11.3.2.	Direito de exigir recibo	301
11.3.3.	Cotas marginais ou interlineares	301
11.4.	Dos Pronunciamentos do Juiz	302
11.4.1.	Pronunciamentos do juízo de primeiro grau	302
11.4.1.1.	Sentença	302
11.4.1.2.	Decisão interlocutória	302
11.4.1.3.	Despacho	302
11.4.1.4.	Decisão interlocutória x despacho	302
11.4.1.5.	Atos ordinatórios	303
11.4.2.	Pronunciamentos proferidos em tribunal	303
11.4.2.1.	Acórdão	303

11.4.3.	Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais	303
11.4.4.	Publicação dos pronunciamentos	304
11.5.	Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	304
11.5.1.	Autuação.....	304
11.5.2.	Numeração e rubrica das folhas dos autos.....	304
11.5.3.	Termo de juntada, vista e conclusão	305
11.5.4.	Métodos de registro dos atos processuais	305
11.5.5.	Formalidades materiais dos atos e termos processuais.....	305
11.6.	Do tempo dos atos processuais.....	306
11.6.1.	Dias úteis das 06:00 às 20:00.....	306
11.6.2.	Momento para a prática eletrônica de ato processual	307
11.6.3.	Atos praticados durante as férias forenses e feriados	307
11.7.	Do lugar da prática dos atos processuais.....	308
11.8.	Dos prazos	308
11.8.1.	Espécies de prazos processuais	308
11.8.2.	Comparecimento em juízo.....	309
11.8.3.	Ato praticado antes do início da contagem do prazo.....	309
11.8.4.	Contagem do prazo.....	309
11.8.5.	Intimação tácita por meio eletrônico	310
11.8.6.	Suspensão e interrupção do prazo.....	310
11.8.7.	Obstáculo criado pela parte contrária	311
11.8.8.	Foro onde for difícil o transporte	312
11.8.9.	Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes.....	312
11.8.10.	Preclusão.....	313
11.8.11.	Extinção do direito de emendar o ato processual.....	314
11.8.12.	Contagem do prazo.....	314
11.8.13.	Indisponibilidade dos sistemas de informática.....	314
11.8.14.	Publicação no diário oficial	315
11.8.15.	Renúncia ao prazo recursal.....	315
11.8.16.	Prazos para o pronunciamento judicial.....	315
11.8.17.	Prazos para os serventuários da justiça.....	316
11.8.18.	Termo inicial do prazo	316
11.8.19.	Contagem e fluência do prazo	317
11.8.20.	Atos da parte.....	318
11.8.21.	Atos praticados por carta.....	318
11.8.22.	Excesso de prazo pelo serventuário.....	318
11.8.23.	Restituição dos autos	319
11.8.24.	Excesso de prazo pelo magistrado	319
11.9.	Comunicação dos atos processuais	320
11.9.1.	Formas de comunicação	320
11.9.2.	Citação.....	320
11.9.3.	Intimação	320
11.9.3.1.	Conceito.....	320
11.9.3.2.	Meios de intimação	321
11.9.3.3.	Responsável pela intimação.....	321
11.9.3.4.	Intimação da Fazenda Pública	322
11.9.3.5.	Intimação por meio eletrônico	322
11.9.3.6.	Intimação por publicação no órgão oficial	322
11.9.3.7.	Intimação em nome da sociedade de advogados	322
11.9.3.8.	Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade).....	323
11.9.3.9.	Publicação em nome de advogado indicado.....	323

11.9.3.10. Retirada dos autos de cartório	324
11.9.3.11. Alegação da nulidade.....	324
11.9.3.12. Intimação pessoal do advogado.....	324
11.9.3.13. Intimação pelo correio	324
11.9.3.14. Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	325
11.9.3.15. Intimação por oficial de justiça	325
11.9.3.16. Intimação ficta.....	325
11.9.4. Cartas.....	325
11.9.4.1. Espécies.....	325
11.9.4.2. Carta de ordem	325
11.9.4.3. Carta rogatória.....	326
11.9.4.4. Carta precatória.....	326
11.9.4.5. Carta arbitral.....	326
11.9.4.6. Requisitos formais.....	326
11.9.4.7. Prazo para cumprimento	327
11.9.4.8. Princípio do contraditório.....	328
11.9.4.9. Caráter itinerante.....	328
11.9.4.10. Transmissão da carta por telefone.....	329
11.9.4.11. Impulso oficial.....	329
11.9.4.12. Recusa no cumprimento da carta	329
11.9.4.13. Devolução da carta.....	331
11.10. Ordem cronológica de julgamento	331
11.10.1. Introdução.....	331
11.10.2. Publicidade	332
11.10.3. Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento	332
11.10.4. Exceções à ordem cronológica	332
11.10.5. Dever ou faculdade?.....	333
12. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	335
12.1. Introdução.....	335
12.2. Vício e nulidade.....	336
12.3. Classificação	337
12.4. Mera irregularidade	337
12.5. Nulidades relativas.....	338
12.6. Nulidade absoluta	339
12.7. Inexistência jurídica.....	340
12.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades.....	341
13. TUTELA PROVISÓRIA	343
13.1. Introdução.....	343
13.2. Disposições gerais da tutela provisória.....	344
13.2.1. Introdução.....	344
13.2.2. Tutela provisória antecedente ou incidental	344
13.2.3. Efetivação da tutela provisória	345
13.2.4. Provisoriedade	346
13.2.4.1. Introdução.....	346
13.2.4.2. Revogação expressa ou tácita.....	346
13.2.4.3. Tutela provisória e agravo de instrumento	347
13.2.4.4. Fundamento e forma da revogação da tutela provisória	348
13.2.4.5. Tutela cautelar concedida em sentença	349
13.2.5. Discricionariedade e fundamentação da decisão	350

13.2.6.	Competência.....	350
13.2.6.1.	Regra de competência	350
13.2.6.2.	Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do CPC.....	351
13.2.6.3.	Competência e prevenção do juízo.....	352
13.2.6.3.1.	Juízo competente e prevenção.....	352
13.2.6.3.2.	Juízo incompetente e prevenção.....	352
13.2.6.4.	Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal.....	353
13.3.	Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	353
13.3.1.	Introdução.....	353
13.3.2.	Identities.....	355
13.3.2.1.	Requisitos para concessão.....	355
13.3.2.2.	Caução.....	356
13.3.2.3.	Responsabilidade objetiva.....	357
13.3.2.3.1.	Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	358
13.3.2.3.1.1.	Sentença desfavorável (art. 302, I, do CPC).....	358
13.3.2.3.1.2.	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do CPC).....	358
13.3.2.3.1.3.	Cessaçã da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do CPC).....	358
13.3.2.3.1.4.	Sentença de prescriçã e decadência (art. 302, IV, do CPC)....	359
13.3.3.	Liquidaçã e execuçã.....	359
13.3.4.	Concessã de ofício.....	359
13.3.5.	Audiência de justificaçã.....	360
13.3.6.	Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	360
13.4.	Tutela antecipada.....	361
13.4.1.	Objeto da antecipaçã.....	361
13.4.2.	Processos e procedimentos compatíveis.....	363
13.4.3.	Requisito negativo – irreversibilidade.....	364
13.4.4.	Legitimaçã.....	365
13.4.5.	Momento da antecipaçã.....	366
13.4.5.1.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	366
13.4.5.1.1.	Procedimento.....	366
13.4.5.1.2.	<i>Estabilizaçã da tutela antecipada</i>	367
13.4.5.1.2.1.	Introduçã.....	367
13.4.5.1.2.2.	Estabilizaçã de tutela antecipada ou de tutela provisória?.....	368
13.4.5.1.2.3.	Restriçã a concessã antecedente de tutela antecipada.....	368
13.4.5.1.2.4.	Tutela antecipada parcial.....	369
13.4.5.1.2.5.	Recurso do réu.....	369
13.4.5.1.2.6.	Qual é o recurso previsto no art. 304, <i>caput</i> , do CPC?.....	371
13.4.5.1.2.7.	Vontade do autor.....	371
13.4.5.1.2.8.	Litisconsórcio e assistência.....	372
13.4.5.1.2.9.	Extinçã do processo.....	372
13.4.5.1.2.10.	Inexistência de coisa julgada.....	373
13.4.5.1.2.11.	Açã no prazo de 2 anos.....	373
13.4.5.1.2.12.	Açã rescisória.....	374
13.4.5.2.	Tutela antecipada requerida em caráter incidental.....	374
13.4.5.2.1.	Introduçã.....	374
13.4.5.2.2.	Inaudita altera parte.....	375
13.4.6.	Sentença.....	376
13.4.7.	Fase recursal.....	377

13.4.8.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	378
13.5.	Tutela cautelar.....	380
13.5.1.	Autonomia	380
13.5.2.	Sumariedade.....	381
13.5.3.	Instrumentalidade.....	381
13.5.4.	Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar	382
13.5.5.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	384
13.5.5.1.	Introdução.....	384
13.5.5.2.	Procedimento.....	384
13.5.5.2.1.	Petição inicial	384
13.5.5.2.2.	Contraditório na demanda cautelar.....	385
13.5.5.2.3.	Revelia	385
13.5.5.2.4.	Instrução probatória	385
13.5.5.2.5.	Sentença.....	385
13.5.6.	Coisa julgada material	386
13.5.7.	Pedido cautelar e pedido principal.....	387
13.5.7.1.	Concessão e efetivação da tutela.....	387
13.5.7.2.	Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação	389
13.5.8.	Cessação da eficácia da tutela cautelar	389
13.5.8.1.	Não dedu�o do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do CPC)	390
13.5.8.2.	Ausência de efetiva�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do CPC)	390
13.5.8.3.	Improcedência do pedido principal ou extin�o terminativa do processo (art. 309, III, do CPC)	390
13.6.	Tutela da evidência.....	391
13.6.1.	Introdu�o.....	391
13.6.2.	Hipóteses de cabimento.....	391
13.6.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	391
13.6.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores.....	393
13.6.2.3.	Prova documental em a�o reipersecutória.....	393
13.6.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar d�vida razoável ao juiz.....	394
13.6.3.	Procedimento	394
13.6.4.	Tutela da evidência at�pica.....	395
14.	FORMA�O, SUSPENSÃO E EXTIN�O DO PROCESSO.....	397
14.1.	Forma�o do processo.....	397
14.1.1.	Forma�o gradual da rela�o jurídica processual.....	397
14.1.2.	Momento da propositura da a�o	398
14.1.3.	Litisp�nd�ncia	398
14.2.	Suspensão do processo.....	398
14.2.1.	Suspensão do procedimento	398
14.2.2.	Suspensão própria e imprópria	398
14.2.3.	Decisão de suspensão do processo	399
14.2.4.	Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo	399
14.2.5.	Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	399
14.2.6.	Dissolu�o de sociedade.....	400
14.2.7.	Morte ou perda de capacidade processual do representante legal.....	400
14.2.8.	Morte ou perda de capacidade processual do advogado.....	401
14.2.9.	Conven�o das partes	401
14.2.10.	Arguic�o de impedimento ou de suspei�o	402
14.2.11.	Admissão de incidente de resolu�o de demandas repetitivas.....	402
14.2.12.	Prejudicialidade	403

14.2.13.	Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo.....	404
14.2.14.	Força maior.....	404
14.2.15.	Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marítimo.....	404
14.2.16.	Demais casos regulados pelo Código de Processo Civil.....	405
14.2.17.	Pelo parto ou adoção.....	405
14.2.18.	Pela paternidade.....	405
14.2.19.	Prazo de suspensão.....	405
14.2.20.	Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo.....	406
14.2.21.	Arguição de suspeição e impedimento do juiz.....	406
14.2.22.	Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal.....	406
14.3.	Extinção do processo.....	407
14.3.1.	Extinção do processo.....	407
14.3.2.	Impropriedade do termo “extinção parcial do processo”.....	407
14.3.3.	Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença terminativa.....	407
14.3.4.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	408
15.	PETIÇÃO INICIAL.....	409
15.1.	Introdução.....	409
15.2.	Requisitos estruturais da petição inicial.....	410
15.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial.....	410
15.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação.....	410
15.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	412
15.2.4.	Pedido.....	412
15.2.5.	Valor da causa.....	412
15.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	414
15.2.7.	Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação.....	414
15.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda.....	415
16.	POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....	417
16.1.	Introdução.....	417
16.2.	Emenda da petição inicial.....	417
16.3.	Indeferimento da petição inicial.....	420
16.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação.....	420
16.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial.....	421
16.3.2.1.	Inépcia da petição inicial.....	421
16.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	422
16.3.2.3.	Falta de interesse de agir.....	422
16.3.2.4.	Ausência de emenda da petição inicial.....	422
16.4.	Julgamento liminar de improcedência.....	423
16.4.1.	Introdução.....	423
16.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar.....	424
16.4.3.	Conduta do juiz.....	425
16.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?.....	426
16.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal.....	426
16.5.	Citação.....	427
16.5.1.	Conceito.....	427
16.5.2.	Efeitos da citação.....	428
16.5.2.1.	Efeitos processuais.....	429
16.5.2.1.1.	Indução à litispendência.....	429
16.5.2.1.2.	Estabilização da demanda.....	429

16.5.2.2. Efeitos materiais.....	430
16.5.2.2.1. Tornar a coisa litigiosa	430
16.5.2.2.2. Constituição em mora do devedor	430
16.5.2.2.3. Interrupção da prescrição	431
16.5.3. Modalidades de citação	432
16.5.3.1. Correio	432
16.5.3.2. Oficial de justiça	433
16.5.3.3. Edital	435
16.5.3.4. Meio eletrônico pelo acesso à portal eletrônico.....	437
16.5.3.5. Meio eletrônico por envio de comunicação à endereço eletrônico.....	438
16.5.3.6. Comparecimento do réu em cartório	439
17. AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	441
17.1. Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação.....	441
17.2. Conciliador e mediador	442
17.3. Número de sessões	442
17.4. Intimação do autor	443
17.5. Desinteresse das partes na realização da audiência.....	443
17.6. Não realização de audiência quando o direito material não admitir autocomposição.....	445
17.7. Outras hipóteses de dispensa da audiência.....	445
17.8. Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio	446
17.9. Ato atentatório à dignidade da justiça	446
17.10. Presença de advogado ou defensor público	446
17.11. Representante com poderes para negociar e transigir	447
17.12. Redução a termo da homologação por “sentença”.....	447
17.13. Pauta.....	447
18. RESPOSTAS DO RÉU	449
18.1. Introdução.....	449
18.2. Contestação.....	450
18.2.1. Prazo.....	450
18.2.2. Matérias de defesa.....	451
18.2.2.1. Defesas processuais	451
18.2.2.1.1. Defesas dilatórias	451
18.2.2.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC).....	451
18.2.2.1.1.2. Incompetência do juízo (art. 337, II, do CPC).....	452
18.2.2.1.1.3. Conexão/continência (art. 337, VIII, do CPC).....	453
18.2.2.1.2. Defesas peremptórias.....	453
18.2.2.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC).....	453
18.2.2.1.2.2. Perempção (art. 337, V, do CPC).....	453
18.2.2.1.2.3. Litispendência (art. 337, VI, do CPC).....	454
18.2.2.1.2.4. Coisa julgada (art. 337, VII, do CPC).....	454
18.2.2.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC)	454
18.2.2.1.2.6. Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do CPC)	455
18.2.2.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	455
18.2.2.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	455
18.2.2.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC)	455
18.2.2.1.3.3. Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC)	456

18.2.2.1.3.4.	Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI, do CPC).....	457
18.2.2.1.3.5.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC).....	459
18.2.2.2.	Defesas de mérito.....	459
18.2.2.2.1.	Defesa de mérito direta.....	459
18.2.2.2.2.	Defesa de mérito indireta.....	459
18.2.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos.....	460
18.2.4.	Princípio da eventualidade.....	461
18.3.	Reconvenção.....	461
18.3.1.	Conceito.....	461
18.3.2.	Condições da ação.....	462
18.3.2.1.	Legitimidade de parte.....	462
18.3.2.2.	Interesse de agir.....	464
18.3.3.	Pressupostos processuais.....	464
18.3.4.	Procedimento.....	465
19.	REVELIA.....	469
19.1.	Conceito.....	469
19.2.	Efeitos.....	470
19.2.1.	Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros.....	470
19.2.2.	Desnecessidade de intimação do réu revel.....	472
19.2.3.	Julgamento antecipado do mérito.....	473
19.3.	Modificação objetiva da demanda.....	473
19.4.	Ingresso do réu revel no processo.....	475
19.4.1.	Participação do réu revel no procedimento probatório.....	475
19.4.1.1.	Provas causais.....	475
19.4.1.2.	Provas pré-constituídas.....	476
20.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	477
20.1.	Providências preliminares.....	477
20.2.	Julgamento conforme o estado do processo.....	478
20.2.1.	Introdução.....	478
20.2.2.	Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	478
20.2.3.	Extinção do processo com a resolução do mérito fundada no art. 487, II e III, do CPC.....	479
20.2.4.	Julgamento antecipado do mérito.....	479
20.2.5.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	481
20.2.6.	Saneamento e organização do processo.....	482
21.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	487
21.1.	Introdução.....	487
21.2.	Procedimento.....	488
21.2.1.	Abertura e pregão das partes.....	488
21.2.2.	Conciliação (tentativa de autocomposição).....	489
21.2.3.	Fixação dos pontos controvertidos.....	490
21.2.4.	Esclarecimentos do perito.....	490
21.2.5.	Depoimento pessoal.....	490
21.2.6.	Oitiva das testemunhas.....	491
21.2.7.	Debates orais.....	491
21.2.8.	Prolação da sentença.....	491
21.3.	Audiência una e contínua.....	491
21.4.	Adiamento da audiência.....	492

22. PROVAS.....	495
22.1. Teoria geral das provas.....	495
22.1.1. Conceito de prova	495
22.1.2. Espécies de prova	496
22.1.3. A verdade possível e a verossimilhança.....	496
22.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”	497
22.1.5. Direito à prova no processo civil	498
22.1.6. Objeto da prova.....	499
22.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 374 do CPC)	499
22.1.6.2. Relevância e pertinência	499
22.1.6.3. Fatos notórios	500
22.1.6.4. Fatos confessados.....	500
22.1.6.5. Ausência de controvérsia.....	500
22.1.6.6. Presunção.....	501
22.1.6.7. Prova do direito (art. 376 do CPC).....	502
22.1.7. Ônus da prova	502
22.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova.....	503
22.1.7.2. Inversão do ônus da prova.....	504
22.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova.....	505
22.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais	506
22.1.8. A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz)	507
22.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória	509
22.1.10. Valoração da prova.....	509
22.1.11. Prova emprestada	511
22.1.12. Prova ilícita.....	513
22.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	514
22.1.13. Provas atípicas.....	515
22.1.14. Ação probatória autônoma.....	516
22.1.14.1. Introdução.....	516
22.1.14.2. Cabimento	516
22.1.14.3. Competência	517
22.1.14.4. Procedimento.....	518
22.2. Provas em espécie	521
22.2.1. Ata notarial	521
22.2.1.1. Introdução.....	521
22.2.1.2. Cabimento	521
22.2.1.3. Procedimento	521
22.2.2. Depoimento pessoal.....	522
22.2.2.1. Conceito	522
22.2.2.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	522
22.2.2.3. Consequências do depoimento pessoal.....	523
22.2.2.4. Procedimento	525
22.2.3. Da confissão.....	526
22.2.3.1. Conceito	526
22.2.3.2. Espécies de confissão	527
22.2.3.3. Indivisibilidade da confissão	527
22.2.3.4. Invalidação da confissão	528
22.2.4. Da exibição de documento ou coisa.....	529
22.2.4.1. Conceito.....	529
22.2.4.2. Aspectos procedimentais comuns.....	529
22.2.4.3. Procedimento contra a parte contrária.....	530

22.2.4.4.	Procedimento contra terceiro.....	532
22.2.5.	Da prova documental.....	533
22.2.5.1.	Conceito.....	533
22.2.5.2.	Documento público e sua força probante.....	533
22.2.5.3.	Documento particular e sua força probante.....	534
22.2.5.4.	Arguição de falsidade documental.....	536
22.2.5.4.1.	Natureza jurídica e objeto.....	536
22.2.5.4.2.	Procedimento.....	536
22.2.5.5.	Produção da prova documental.....	537
22.2.6.	Da prova testemunhal.....	538
22.2.6.1.	Conceito.....	538
22.2.6.2.	Cabimento.....	539
22.2.6.3.	Sujeitos que podem testemunhar.....	539
22.2.6.4.	Direitos e deveres da testemunha.....	541
22.2.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	542
22.2.7.	Da prova pericial.....	545
22.2.7.1.	Conceito e espécies.....	545
22.2.7.2.	Cabimento.....	545
22.2.7.3.	Procedimento.....	546
22.2.7.3.1.	Indicação do perito.....	546
22.2.7.3.2.	Escusa do perito.....	548
22.2.7.3.3.	Prova pericial complexa.....	548
22.2.7.3.4.	Substituição do perito.....	549
22.2.7.3.5.	Atos preparatórios.....	550
22.2.7.3.6.	Intimação prévia das partes.....	550
22.2.7.3.7.	Apresentação do laudo.....	551
22.2.7.4.	Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	552
22.2.7.5.	Segunda perícia.....	553
22.2.7.6.	Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	553
22.2.8.	Da inspeção judicial.....	554
22.2.8.1.	Conceito.....	554
22.2.8.2.	Procedimento.....	554
23.	SENTENÇA.....	557
23.1.	Conceito legal de sentença.....	557
23.2.	Classificação das sentenças.....	559
23.2.1.	Conteúdo da sentença.....	559
23.2.1.1.	Teoria ternária e teoria quinária.....	559
23.2.1.2.	Sentença meramente declaratória.....	560
23.2.1.3.	Sentença constitutiva.....	561
23.2.1.4.	Sentença condenatória.....	562
23.2.1.5.	Sentença executiva lato sensu.....	562
23.2.1.6.	Sentença mandamental.....	563
23.2.2.	Resolução de mérito.....	563
23.2.2.1.	Sentenças terminativas (art. 485 do CPC).....	563
23.2.2.1.1.	Indeferimento da petição inicial.....	563
23.2.2.1.2.	Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	564
23.2.2.1.3.	Abandono do processo.....	564
23.2.2.1.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	565
23.2.2.1.5.	Perempção, coisa julgada e litispendência.....	566

23.2.2.1.6.	Carência da ação.....	566
23.2.2.1.7.	Convenção de arbitragem.....	566
23.2.2.1.8.	Desistência da ação.....	567
23.2.2.1.9.	Direitos intransmissíveis.....	567
23.2.2.1.10.	Repropositura da ação.....	568
23.2.2.2.	Sentenças definitivas (art. 487 do CPC).....	569
23.2.2.2.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	570
23.2.2.2.2.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	570
23.2.2.2.3.	Transação.....	570
23.2.2.2.4.	Prescrição e decadência.....	570
23.2.2.2.5.	Renúncia.....	571
23.3.	Elementos da sentença.....	571
23.3.1.	Relatório.....	571
23.3.2.	Fundamentação.....	572
23.3.3.	Dispositivo.....	572
23.3.4.	Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	573
23.4.	Sentença líquida.....	573
23.5.	Princípio da congruência.....	574
23.5.1.	Conceito.....	574
23.5.2.	Exceções ao princípio da congruência.....	575
23.6.	Sentença extra petita.....	575
23.6.1.	Conceito.....	575
23.6.2.	Recorribilidade da sentença extra petita.....	576
23.7.	Sentença ultra petita.....	577
23.7.1.	Conceito.....	577
23.7.2.	Recorribilidade da sentença ultra petita.....	577
23.8.	Sentença citra petita (infra petita).....	577
23.8.1.	Conceito.....	577
23.8.2.	Recorribilidade da sentença citra petita.....	578
23.9.	Situação fática no momento da prolação da sentença.....	580
23.10.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	581
23.11.	Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer.....	581
23.12.	Capítulos de sentença.....	581
24.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	583
24.1.	Natureza jurídica da liquidação.....	583
24.2.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis.....	583
24.3.	Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	584
24.4.	Vedação à sentença ilíquida.....	584
24.5.	Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo.....	585
24.6.	Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	586
24.7.	Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada.....	587
24.8.	Liquidação como forma de frustração da execução.....	588
24.9.	Natureza jurídica da liquidação.....	589
24.10.	Legitimidade ativa.....	590
24.11.	Competência.....	590
24.12.	Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do CPC).....	591
24.13.	Espécies de liquidação.....	592
24.13.1.	Introdução.....	592
24.13.2.	Liquidação por arbitramento.....	592
24.13.2.1.	Cabimento.....	592

24.13.2.2. Procedimento.....	593
24.13.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	593
25. COISA JULGADA	595
25.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	595
25.2. Coisa julgada total e parcial.....	596
25.3. Conceito e natureza jurídica.....	596
25.4. Função negativa da coisa julgada.....	598
25.5. Função positiva da coisa julgada.....	599
25.6. Limites objetivos da coisa julgada.....	600
25.7. Limites subjetivos da coisa julgada.....	604
25.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	607
25.9. Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado.....	608
25.10. Relativização da coisa julgada.....	608
25.10.1. Introdução.....	608
25.10.2. Coisa julgada inconstitucional.....	609
25.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional.....	612
25.11. Coisa julgada secundum eventum probationis.....	614
25.12. Coisa julgada secundum eventum litis.....	617
26. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	619
26.1. Introdução.....	619
26.2. Consignação extrajudicial.....	619
26.3. Competência.....	620
26.4. Legitimidade.....	621
26.5. Objeto da demanda consignatória.....	621
26.6. Procedimento.....	622
26.7. Complementação do depósito.....	624
26.8. Consignação de prestações sucessivas.....	625
26.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito.....	625
26.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios.....	626
27. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	629
27.1. Introdução.....	629
27.2. Legitimidade.....	630
27.3. Natureza dúplice.....	630
27.4. Competência.....	631
27.5. Procedimento.....	631
28. AÇÕES POSSESSÓRIAS	635
28.1. Proteção possessória.....	635
28.2. Fungibilidade.....	636
28.3. Ação dúplice?.....	636
28.4. Competência.....	637
28.5. Legitimação.....	638
28.6. Exceção de domínio.....	638
28.7. Cumulação de pedidos.....	639
28.8. Procedimento.....	640
28.8.1. Reintegração e manutenção de posse.....	640
28.8.2. Interdito proibitório.....	642
28.8.3. Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse.....	643

29. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	645
29.1. Introdução.....	645
29.2. Procedimento da ação de demarcação.....	646
29.3. Procedimento da ação de divisão.....	647
30. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	649
30.1. Introdução.....	649
30.2. Pretensões veiculáveis.....	650
30.3. Legitimidade ativa.....	651
30.4. Legitimidade passiva.....	652
30.5. Procedimento.....	652
31. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	655
31.1. Introdução.....	655
31.2. Inventário negativo.....	656
31.3. Competência e universalidade do foro sucessório.....	656
31.4. Questões que dependam de prova não documental.....	656
31.5. Administrador provisório.....	657
31.6. Inventariante.....	657
31.7. Arrolamento sumário.....	659
31.8. Arrolamento comum.....	661
31.9. Procedimento do inventário.....	661
31.10. Colação.....	664
31.11. Sonegação.....	665
31.12. Pagamento das dívidas.....	666
31.13. Herdeiro preterido.....	666
31.14. Partilha.....	667
32. EMBARGOS DE TERCEIRO	671
32.1. Conceito.....	671
32.2. Legitimação.....	672
32.2.1. Legitimidade ativa – a condição de “terceiro”.....	672
32.2.2. Legitimação passiva.....	674
32.3. Competência.....	675
32.4. Prazo para propositura dos embargos de terceiro.....	675
32.5. Procedimento.....	676
33. OPOSIÇÃO	679
33.1. Objeto e natureza jurídica.....	679
33.2. Procedimento.....	680
34. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	683
34.1. Introdução.....	683
34.2. Procedimento.....	683
35. AÇÕES DE FAMÍLIA	685
35.1. Cabimento.....	685
35.2. Incentivo às formas consensuais do conflito.....	685
35.3. Audiência de mediação e conciliação.....	686
35.4. Ministério Público.....	687
35.5. Depoimento pessoal do incapaz.....	687

36. AÇÃO MONITÓRIA.....	689
36.1. Conceito.....	689
36.2. Natureza Jurídica	690
36.3. Admissibilidade	690
36.4. Fazenda Pública e ação monitória	692
36.5. Incapaz e ação monitória	693
36.6. Propositura da monitória.....	693
36.7. Citação do réu.....	695
36.8. Posturas do réu	695
36.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório.....	696
36.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente.....	696
36.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	697
36.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória	698
36.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	699
36.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	701
36.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório	702
36.16. Fase de cumprimento de sentença	704
37. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	705
37.1. Introdução.....	705
37.2. Natureza Jurídica	705
37.3. Homologação Extrajudicial	706
37.4. Penhor legal e autotutela.....	707
37.5. Procedimento	707
38. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	711
38.1. Declaração de abertura de avaria grossa.....	711
38.2. Oferecimento de garantias	711
38.3. Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa	712
38.4. Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação	712
38.5. Apresentação de documentos	712
38.6. Apresentação do regulamento de avaria grossa.....	712
38.7. Impugnação	712
38.8. Sentença “homologatória”	713
38.9. Regulador e perito judicial.....	713
39. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	715
39.1. Introdução.....	715
39.2. Legitimidade	716
39.3. Competência	716
39.4. Procedimento	716
40. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	719
40.1. Notificação e interpelação.....	719
40.1.1. Conceito	719
40.1.2. Natureza jurídica	720
40.1.3. Procedimento	720
40.1.4. Fim ilícito.....	721
40.1.5. Fim normal e anômalo.....	721
40.1.6. Averbção da notificação em registro público.....	722
40.2. Alienação judicial.....	722

40.2.1.	Conceito	722
40.2.2.	Atuação de ofício pelo juiz	722
40.2.3.	Aspectos procedimentais	722
40.3.	Divórcio e Separação Consensuais, Extinção Consensual de União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio	723
40.3.1.	Separação consensual e a Emenda Constitucional 66/2010	723
40.3.2.	Assinatura da petição inicial	723
40.3.3.	Requisitos formais da petição inicial	724
40.3.4.	Eficácia da sentença homologatória	724
40.3.5.	Homologação da extinção consensual da união estável	724
40.3.6.	Divórcio, separação e extinção da união estável consensuais extrajudiciais	725
40.3.7.	Autorização judicial para alteração do regime de bens do casamento	726
40.4.	Testamentos e codicilos	726
40.4.1.	Abertura de testamento	726
40.4.2.	Procedimento	727
40.4.3.	Cumprimento de testamento público	727
40.4.4.	Publicação do testamento particular	727
40.4.5.	Codicilo e espécies diferenciadas de testamento	728
40.4.6.	Cumprimento do testamento particular	728
40.5.	Herança jacente	728
40.5.1.	Arrecadação de herança jacente	728
40.5.2.	Guarda, conservação e administração da herança jacente	729
40.5.3.	Responsáveis pela arrecadação dos bens	729
40.5.4.	Formas de comunicação	730
40.5.5.	Conversão em inventário	730
40.5.6.	Alienação de bens	730
40.5.7.	Declaração da herança jacente	731
40.6.	Bens de ausentes	731
40.6.1.	Declaração de ausência	731
40.6.2.	Arrecadação e nomeação de curador	731
40.6.3.	Publicação de editais	732
40.6.4.	Sucessão provisória	732
40.6.5.	Pedido de citação pelo interessado	732
40.6.6.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	733
40.6.7.	Retorno de ausente ou de seus sucessores	733
40.7.	Coisas vagas	733
40.7.1.	Descoberta de coisa	733
40.7.2.	Procedimento	733
40.8.	Interdição	734
40.8.1.	Conceito	734
40.8.2.	Natureza jurídica	734
40.8.3.	Legislação aplicável	734
40.8.4.	Legitimação ativa	735
40.8.5.	Procedimento	736
40.8.5.1.	Petição inicial	736
40.8.5.2.	Citação e entrevista do interditando em audiência	736
40.8.5.3.	Impugnação do pedido	737
40.8.5.4.	Prova pericial e "demais provas"	738
40.8.5.5.	Sentença	738
40.8.5.6.	Atos praticados pelo interditado	739
40.8.6.	Ação de levantamento da curatela	739

40.9. Disposições Comuns à Tutela e à Curatela	740
40.9.1. Introdução.....	740
40.9.2. Formalidades da prestação de compromisso	740
40.9.3. Pedido de escusa pelo tutor ou curador.....	740
40.9.4. Remoção e substituição do tutor e curador.....	740
40.9.5. Decurso do prazo.....	741
40.10. Organização e Fiscalização das Fundações	741
40.10.1. Fundações	741
40.10.2. Fiscalização pelo Ministério Público do estatuto social da fundação	741
40.10.3. Necessidade de intervenção	742
40.10.4. Extinção da fundação	742
40.11. Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo.....	742
40.11.1. Protesto e processos testemunháveis formados a bordo.....	742
40.11.2. Legitimidade	742
40.11.3. Competência.....	743
40.11.4. Prazo.....	743
40.11.5. Aspectos procedimentais.....	743
41. FORMAS EXECUTIVAS	745
41.1. Introdução.....	745
41.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	745
41.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	747
42. SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO	751
42.1. Introdução.....	751
42.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução.....	752
42.2.1. Polo ativo.....	752
42.2.2. Polo passivo.....	752
42.3. Legitimação ativa.....	752
42.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo	752
42.3.2. Legitimidade do Ministério Público.....	753
42.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores.....	754
42.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado.....	755
42.4. Legitimidade passiva.....	755
42.4.1. Sujeito que figura no título como devedor.....	755
42.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	756
42.4.3. Novo devedor.....	756
42.4.4. Fiador.....	756
42.4.5. Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito	758
42.4.6. Responsável tributário	758
42.4.7. Legitimidade do responsável secundário.....	759
42.5. Intervenção de terceiros na execução.....	760
42.5.1. Intervenções típicas.....	760
42.5.2. Intervenções atípicas.....	762
43. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	763
43.1. Introdução.....	763
43.2. Nulla executio sine titulo.....	763
43.3. Patrimonialidade.....	764
43.4. Desfecho único.....	765
43.5. Disponibilidade da execução.....	766

43.6. Utilidade.....	767
43.7. Menor onerosidade	768
43.8. Lealdade e boa-fé processual	769
43.9. Contraditório.....	771
43.10. Atipicidade dos meios executivos.....	771
44. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO.....	775
44.1. Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial).....	775
44.1.1. Introdução.....	775
44.1.2. Competência executiva dos tribunais	775
44.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	776
44.1.3.1. Exceções à regra do art. 516, II, do CPC.....	777
44.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	778
44.1.3.3. A regra do art. 516, parágrafo único, do CPC, e a perpetuatio jurisdictionis.....	778
44.1.4. Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo	779
44.2. Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial).....	780
45. TÍTULO EXECUTIVO	783
45.1. Introdução.....	783
45.2. Requisitos formais da obrigação exequenda	784
45.3. Títulos executivos judiciais.....	785
45.3.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	785
45.3.2. Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	788
45.3.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza	789
45.3.4. Formal e certidão de partilha.....	789
45.3.5. Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial	790
45.3.6. Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	790
45.3.7. Sentença arbitral.....	792
45.3.8. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	793
45.3.9. Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça	794
45.4. Títulos executivos extrajudiciais	794
45.4.1. Introdução.....	794
45.4.2. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	794
45.4.3. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	795
45.4.4. Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	795
45.4.5. Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal.....	796
45.4.6. Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	797
45.4.7. Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	797
45.4.8. Crédito decorrente de foro e laudêmio	798
45.4.9. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	798
45.4.10. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	798
45.4.11. Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas	799

45.4.12. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	799
45.4.13. Contrato de contragarantia ou qualquer outro instrumento que materialize o direito de ressarcimento da seguradora contra tomadores de seguro-garantia e seus garantidores	800
45.4.14. Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	800

46. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL..... 801

46.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial	801
46.2. Inexistência de responsabilidade pessoal.....	802
46.3. Bens que respondem pela satisfação na execução	802
46.4. Impenhorabilidade de bens	803
46.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana.....	803
46.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro	803
46.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC).....	805
46.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do CPC).....	806
46.4.2.3. Vestuários e pertences de uso pessoal (art. 833, III, do CPC).....	807
46.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do CPC).....	807
46.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do CPC).....	811
46.4.2.6. Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC).....	812
46.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do CPC).....	812
46.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC)	813
46.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do CPC).....	814
46.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do CPC).....	814
46.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do CPC)	815
46.4.2.12. Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC)	816
46.5. Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície.....	816
46.6. Responsabilidade patrimonial secundária.....	816
46.6.1. Bens do sucessor a título singular	817
46.6.2. Bens do sócio, nos termos da lei.....	817
46.6.3. Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros	818
46.6.4. Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida.....	818
46.6.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução	821
46.6.6. Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores	821
46.6.7. Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	822
46.7. Fraudes do devedor.....	822
46.7.1. Fraude contra credores	823
46.7.2. Fraude à execução.....	824

47. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA..... 829

47.1. Conceito.....	829
47.2. Caução na execução provisória	830
47.2.1. Função.....	830
47.2.2. Natureza jurídica.....	830
47.2.3. Requisitos formais.....	831
47.2.4. Momento de prestação da caução.....	831
47.2.5. Atuação de ofício?	832
47.3. Dispensa da caução	832

47.4. Responsabilidade objetiva do exequente.....	834
47.5. Formalização dos autos da execução provisória	835
47.6. Cabimento de multa pelo não pagamento.....	835
47.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	836
47.8. Honorários advocatícios	837
48. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	839
48.1. Introdução.....	839
48.2. Aspectos procedimentais.....	839
48.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	840
48.3.1. Vontade do exequente.....	840
48.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	841
48.3.3. Onerosidade excessiva.....	842
48.3.4. Procedimento da conversão em perdas e danos	842
48.4. Atipicidade das formas executivas	842
48.4.1. Prisão civil.....	843
48.5. Multa coercitiva.....	844
48.5.1. Introdução.....	844
48.5.2. Valor da multa.....	845
48.5.3. Beneficiado pela multa.....	845
48.5.4. Fazenda Pública em juízo	846
48.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa	846
48.5.6. Exigibilidade da multa	848
48.5.7. Termo inicial da multa e intimação do devedor	850
49. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	851
49.1. Introdução.....	851
49.2. Aspectos procedimentais.....	851
50. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	853
50.1. Introdução.....	853
50.2. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença.....	853
50.3. Requerimento inicial	854
50.4. Aparente excesso dos cálculos	855
50.5. Intimação do executado	856
50.6. Cumprimento da obrigação	857
50.7. Não pagamento no prazo de 15 dias.....	858
50.7.1. Introdução.....	858
50.7.2. Fixação de honorários advocatícios.....	858
50.7.3. Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo	859
50.7.4. Protesto extrajudicial da sentença	861
50.7.5. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	861
50.7.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação	861
50.7.7. Termo inicial da contagem de prazo para impugnação.....	861
51. PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	863
51.1. Introdução.....	863
51.2. Execução das obrigações de fazer	863
51.3. Execução das obrigações de não fazer.....	866

52. PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	869
52.1. Execução de entrega de coisa certa.....	869
52.2. Execução de entrega de coisa incerta.....	871
53. PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	873
53.1. Início do processo de execução.....	873
53.1.1. Petição inicial.....	873
53.1.2. Averbação da execução.....	876
53.1.3. Pronunciamento que determina a citação do executado.....	878
53.1.4. Não localização do executado e de seus bens.....	879
53.1.5. Arresto executivo.....	879
53.1.6. Posturas do executado citado.....	880
53.2. Pagamento parcelado.....	882
53.2.1. Introdução.....	882
53.2.2. Pagamento parcelado: moratória legal?.....	882
53.2.3. Requisitos formais.....	883
53.2.4. Procedimento.....	884
53.2.5. Inadimplemento das parcelas.....	884
53.3. Penhora.....	885
53.3.1. Definição e efeitos.....	885
53.3.2. Ordem legal da penhora.....	886
53.3.3. Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito.....	889
53.3.3.1. Depósito do bem penhorado.....	889
53.3.3.2. Intimação da penhora.....	889
53.3.4. Do lugar de realização da penhora.....	890
53.3.5. Penhora de dinheiro pelo sistema SisbaJud (on-line).....	891
53.3.6. Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	894
53.3.7. Procedimento da penhora.....	895
53.3.8. Substituição do bem penhorado.....	897
53.3.9. Penhoras especiais.....	898
53.4. Avaliação.....	902
53.5. Formas de expropriação.....	904
53.5.1. Introdução.....	904
53.5.2. Adjudicação.....	905
53.5.2.1. Introdução.....	905
53.5.2.2. Sistema de adjudicação.....	905
53.5.2.3. Momento da adjudicação.....	906
53.5.2.4. Intimação do executado.....	907
53.5.2.5. Valor da adjudicação.....	907
53.5.2.6. Legitimados a adjudicar.....	907
53.5.2.7. Concurso de pretendentes à adjudicação.....	908
53.5.2.8. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar.....	909
53.5.2.9. Auto de adjudicação.....	910
53.5.2.10. Adjudicação provisória.....	910
53.6. Alienação por iniciativa particular.....	910
53.6.1. Introdução.....	910
53.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	911
53.6.3. Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária.....	911
53.6.4. Requisitos para a alienação.....	912
53.7. Arrematação.....	913
53.7.1. Introdução.....	913

53.7.2.	Requisitos formais do leilão judicial	913
53.7.3.	Publicidade do edital.....	915
53.7.4.	Comunicações do leilão judicial	916
53.7.5.	Realização do leilão judicial	918
53.7.6.	Leilão judicial por meio eletrônico.....	918
53.7.7.	Legitimados a arrematar.....	919
53.7.8.	Procedimento do leilão judicial	919
53.7.9.	Arrematação viciada	922
53.7.10.	Alienação antecipada.....	923
53.8.	Entrega de dinheiro ao credor.....	924
54.	EXECUÇÕES ESPECIAIS.....	927
54.1.	Execução de prestação alimentícia	927
54.1.1.	Introdução.....	927
54.1.2.	Forma executiva.....	929
54.1.2.1.	Introdução	929
54.1.2.1.1.	Procedimento.....	929
54.1.2.1.1.1.	Introdução.....	929
54.1.2.1.1.2.	Diferentes procedimentos.....	930
54.1.2.1.1.3.	Execução por sub-rogação	930
54.1.2.1.1.4.	Execução indireta – Protesto.....	931
54.1.2.1.1.5.	Execução indireta – Prisão civil	932
54.2.	Execução contra a fazenda pública	935
54.2.1.	Introdução.....	935
54.2.2.	Forma executiva.....	936
54.2.3.	Procedimento	937
54.2.3.1.	Cumprimento de sentença.....	937
54.2.3.2.	Processo de execução	938
54.2.4.	Regime dos precatórios	939
54.2.5.	Compensação em favor da Fazenda Pública.....	940
54.2.6.	Emenda Constitucional 62/2009 (a EC do calote)	941
54.2.7.	Dispensa de precatório	942
54.2.8.	Preterição no pagamento	943
55.	DEFESAS DO EXECUTADO	945
55.1.	Introdução.....	945
55.2.	Embargos à execução	945
55.2.1.	Natureza jurídica dos embargos	945
55.2.2.	Garantia do juízo	946
55.2.3.	Prazo dos embargos	946
55.2.4.	Competência.....	948
55.2.5.	Rejeição liminar dos embargos.....	948
55.2.5.1.	Intempestividade dos embargos.....	949
55.2.5.2.	Indeferimento da petição inicial	950
55.2.5.3.	Julgamento liminar de improcedência.....	950
55.2.5.4.	Embargos manifestamente protelatórios.....	950
55.2.6.	Efeito suspensivo	951
55.2.6.1.	Requisitos.....	951
55.2.6.2.	Ausência de preclusão judicial.....	953
55.2.6.3.	Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	954
55.2.6.4.	Suspensão parcial do processo	954

55.2.7.	Procedimento dos embargos à execução.....	955
55.2.7.1.	Início do procedimento.....	955
55.2.7.2.	Revelia.....	956
55.2.7.3.	Outras reações.....	956
55.2.7.4.	Decisão dos embargos.....	957
55.2.7.5.	Matérias que podem ser objeto de embargos à execução.....	958
55.2.7.5.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	958
55.2.7.5.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	959
55.2.7.5.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	960
55.2.7.5.4.	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa.....	962
55.2.7.5.5.	Incompetência absoluta ou relativa.....	963
55.3.	Impugnação.....	963
55.3.1.	Natureza jurídica.....	963
55.3.2.	Matérias alegáveis em sede de impugnação.....	963
55.3.2.1.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	964
55.3.2.2.	Ilegitimidade de parte.....	964
55.3.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	964
55.3.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	965
55.3.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	965
55.3.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	965
55.3.2.7.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.....	965
55.3.3.	Procedimento.....	966
55.4.	Exceção e objeção de pré-executividade.....	968
55.4.1.	Análise histórica.....	968
55.4.2.	Problemas de terminologia.....	969
55.4.3.	Defesa executiva atípica.....	970
55.4.4.	Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção.....	970
55.4.5.	Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade.....	971
55.4.6.	Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	972
56.	SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	975
56.1.	Introdução.....	975
56.2.	Suspensão da execução.....	975
56.2.1.	Causas gerais de suspensão.....	975
56.2.2.	Defesa típica do executado.....	976
56.2.3.	Prescrição intercorrente.....	976
56.2.4.	Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado.....	980
56.2.5.	Moratória legal.....	980
56.3.	Extinção da execução.....	980
57.	PRECEDENTES JUDICIAIS.....	981
57.1.	Precedente, decisão, jurisprudência e súmula.....	981
57.2.	Jurisprudência estável, íntegra e coerente.....	983
57.2.1.	Introdução.....	983
57.2.2.	Dever de uniformização da jurisprudência.....	983
57.2.3.	Jurisprudência estável.....	984
57.2.4.	Jurisprudência íntegra.....	984
57.2.5.	Jurisprudência coerente.....	985
57.3.	(In)constitucionalidade do art. 927 do CPC.....	985
57.4.	Eficácia vinculante.....	986

57.4.1.	Introdução.....	986
57.4.2.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	987
57.4.3.	Enunciados de Súmulas Vinculantes.....	988
57.4.4.	Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no incidente de assunção de competência.....	988
57.4.5.	Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.....	989
57.4.6.	Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.....	989
57.4.7.	Eficácia ex tunc ou ex nunc da novidade legislativa.....	989
57.4.8.	Cabimento de reclamação.....	990
57.5.	Precedente brasileiro e precedents na tradição da common law.....	991
57.6.	Ratio decidendi e obiter dicta.....	992
57.7.	Fundamentação.....	993
57.8.	Divulgação.....	994
57.9.	Distinção (distinguishing).....	994
57.10.	Superação da tese jurídica (overruling).....	995
57.10.1.	Introdução.....	995
57.10.2.	Motivos para superação.....	995
57.10.3.	Fundamentação da decisão de superação.....	996
57.10.4.	Modulação dos efeitos da superação.....	996
57.10.5.	Procedimento.....	998
58.	ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL.....	999
58.1.	Distribuição.....	999
58.2.	Prevenção.....	999
58.3.	Poderes do relator.....	1000
58.3.1.	Introdução.....	1000
58.3.2.	Direção do processo.....	1001
58.3.3.	Tutela provisória.....	1001
58.3.4.	Inadmissibilidade recursal.....	1002
58.3.5.	Decisão monocrática que nega provimento.....	1002
58.3.6.	Decisão monocrática que dá provimento.....	1002
58.3.7.	Vedação de julgamento monocrático do recurso.....	1003
58.3.8.	Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária.....	1003
58.3.9.	Demais incumbências.....	1004
58.3.10.	Oportunidade de saneamento de vícios.....	1004
58.4.	Fato superveniente.....	1004
58.5.	Ordem no julgamento.....	1005
58.6.	Sustentação oral.....	1005
58.7.	Matérias conhecíveis de ofício.....	1007
58.8.	Formalidades do acórdão.....	1008
58.9.	Julgamento virtual.....	1008
58.10.	Técnica de julgamento estendido (ampliado).....	1008
58.10.1.	Natureza jurídica.....	1008
58.10.2.	Cabimento.....	1009
58.10.3.	Procedimento.....	1011
58.11.	Saneamento de vício.....	1011
59.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1013
59.1.	Cabimento.....	1013
59.2.	Procedimento.....	1015

59.3. O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?	1016
59.4. Microsistema de formação de precedentes vinculantes.....	1017
60. DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	1019
60.1. Controle de constitucionalidade	1019
60.2. Legitimidade ativa e momento de suscitação.....	1019
60.3. Instauração do incidente	1020
60.4. Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário	1020
60.5. Não cabimento do incidente.....	1021
60.6. Procedimento perante o plenário ou órgão especial	1021
60.7. Julgamento.....	1022
61. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1023
61.1. Conceito.....	1023
61.2. Legitimidade	1024
61.3. Competência para o julgamento do conflito.....	1025
61.4. Procedimento	1025
62. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1027
62.1. Introdução.....	1027
62.2. Ação constitutiva necessária?	1027
62.3. Forma processual de homologação	1028
62.4. Decisão interlocutória estrangeira.....	1028
62.5. Homologação de sentença arbitral.....	1028
62.6. Eficácia em território nacional.....	1028
62.7. Decisão estrangeira não judicial.....	1029
62.8. Homologação parcial.....	1029
62.9. Tutela de urgência	1029
62.10. Execução fiscal.....	1029
62.11. Decisão estrangeira de divórcio consensual.....	1029
62.12. Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.....	1030
62.13. Tutela da evidência.....	1030
62.14. Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão	1031
62.15. Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.....	1032
62.16. Competência para a execução.....	1032
62.17. Fixação de honorários advocatícios.....	1032
63. AÇÃO RESCISÓRIA	1033
63.1. Natureza jurídica.....	1033
63.2. Conceito de rescindibilidade.....	1033
63.3. Objeto da rescisão	1034
63.3.1. Decisão de mérito.....	1034
63.3.2. Decisão que não é de mérito.....	1035
63.4. Hipóteses de cabimento	1036
63.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	1036
63.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	1037
63.4.3. Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	1037
63.4.4. Ofensa à coisa julgada.....	1038
63.4.5. Violação manifesta de norma jurídica.....	1038
63.4.6. Prova falsa	1040
63.4.7. Obtenção de prova nova	1041

63.4.8. Erro de fato.....	1042
63.5. fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito	1043
63.6. Legitimidade	1044
63.7. Competência.....	1046
63.8. Prazo	1047
63.8.1. Prazo e termo inicial gerais.....	1047
63.8.2. Termos iniciais diferenciados.....	1049
63.9. Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado.....	1049
63.10. Procedimento	1050
63.10.1. Petição inicial.....	1050
63.10.2. Reações do juiz diante da petição inicial	1052
63.10.3. Resposta do réu	1052
63.10.4. Atividade saneadora	1053
63.10.5. Fase probatória	1053
63.10.6. Manifestações finais	1054
63.10.7. Julgamento	1054
64. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1055
64.1. Cabimento	1055
64.2. Legitimidade para requerer a instauração do incidente	1057
64.3. Competência.....	1058
64.4. Divulgação	1059
64.5. Sujeitos com legitimidade para participar do incidente	1060
64.6. Instauração	1061
64.7. Admissão do incidente	1061
64.8. Poderes do relator.....	1063
64.9. Julgamento e seus efeitos.....	1065
64.10. Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal	1066
64.11. Juizados Especiais.....	1067
64.12. Desistência ou abandono do processo.....	1068
64.13. Recursos	1068
65. RECLAMAÇÃO	1075
65.1. Natureza jurídica.....	1075
65.2. Cabimento	1077
65.2.1. Forma de preservação da competência do tribunal.....	1077
65.2.2. Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	1078
65.2.3. Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	1079
65.2.4. Forma de garantir a observância de súmula vinculante.....	1080
65.2.5. Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência	1081
65.2.6. Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo	1082
65.3. Procedimento	1083
65.3.1. Introdução.....	1083
65.3.2. Petição inicial.....	1084
65.3.3. Prazo.....	1085
65.3.4. Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional	1086
65.3.5. Reações dos interessados	1087
65.3.6. Julgamento	1088

66. CONCEITO DE RECURSO E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	1089
66.1. Introdução.....	1089
66.1.1. Sucedâneos recursais internos	1090
66.1.1.1. Reexame necessário	1090
66.1.1.2. Correição parcial.....	1093
66.1.1.3. Pedido de reconsideração.....	1094
66.1.1.4. Impugnação e embargos à execução.....	1095
66.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	1095
66.1.2.1. Generalidades.....	1095
66.1.2.2. Mandado de segurança contra ato judicial.....	1095
67. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	1099
67.1. Introdução.....	1099
67.2. Objeto imediato do recurso	1099
67.3. Fundamentação recursal (causa de pedir).....	1100
67.4. Abrangência da matéria impugnada	1100
67.5. Independência ou subordinação	1101
68. EFEITOS RECURSAIS	1105
68.1. Introdução.....	1105
68.2. Efeito obstativo.....	1105
68.3. Efeito devolutivo	1106
68.4. Efeito suspensivo	1108
68.5. Efeito translativo	1111
68.6. Efeito expansivo	1113
68.7. Efeito substitutivo.....	1115
68.8. Efeito regressivo	1115
68.9. Efeito diferido	1116
69. PRINCÍPIOS RECURSAIS	1117
69.1. Duplo grau de jurisdição	1117
69.1.1. Conceito	1117
69.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	1118
69.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	1119
69.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?.....	1119
69.2. Taxatividade (legalidade)	1120
69.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	1121
69.4. Voluntariedade.....	1124
69.5. Dialeticidade.....	1124
69.6. Fungibilidade	1125
69.6.1. Introdução	1125
69.6.2. Hipóteses típicas de fungibilidade	1126
69.6.2.1. Embargos de declaração e agravo interno (art. 1.024, § 3.º, do CPC).....	1126
69.6.2.2. Fungibilidade entre os recursos excepcionais	1127
69.6.2.2.1. Fungibilidade entre recurso especial e recurso extraordinário	1128
69.6.2.2.2. Fungibilidade entre recurso extraordinário e recurso especial	1129
69.6.3. Requisitos da fungibilidade atípica.....	1129
69.6.3.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	1129
69.6.3.2. Inexistência de erro grosseiro.....	1130
69.6.3.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor.....	1131
69.7. Proibição da reformatio in pejus.....	1132

69.8. Complementaridade	1134
69.9. Consumação	1135
69.10. Primazia do julgamento do mérito recursal.....	1136
70. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	1139
70.1. Introdução.....	1139
70.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	1140
70.2.1. Cabimento.....	1140
70.2.2. Legitimidade recursal.....	1142
70.2.2.1. Partes.....	1142
70.2.2.2. Terceiro prejudicado.....	1143
70.2.2.3. Ministério Público.....	1144
70.2.2.4. Defensoria Pública.....	1145
70.2.3. Interesse recursal.....	1145
70.2.3.1. Introdução.....	1145
70.2.3.2. Utilidade.....	1146
70.2.3.3. Necessidade.....	1149
70.2.3.4. Adequação.....	1149
70.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	1150
70.2.4.1. Desistência.....	1150
70.2.4.2. Renúncia.....	1152
70.2.4.3. Aquiescência.....	1153
70.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	1155
70.3.1. Tempestividade.....	1155
70.3.2. Preparo.....	1159
70.3.3. Regularidade formal.....	1163
71. JUÍZO DE MÉRITO.....	1167
71.1. Introdução.....	1167
71.2. Causa de pedir: error in procedendo e error in iudicando.....	1167
71.3. Pedido.....	1168
71.4. Esclarecimento e integração.....	1168
72. APELAÇÃO.....	1169
72.1. Cabimento.....	1169
72.2. Objeto da impugnação.....	1170
72.3. Procedimento.....	1172
72.3.1. Introdução.....	1172
72.3.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	1173
72.3.3. Procedimento no tribunal de segundo grau.....	1175
72.4. Novas questões de fato.....	1175
72.5. Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação.....	1176
72.5.1. Introdução.....	1176
72.5.2. Teoria da causa madura.....	1177
72.5.3. Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal.....	1178
72.5.4. Reformatio in pejus.....	1179
73. AGRAVO.....	1181
73.1. Introdução.....	1181
73.2. Agravo de instrumento.....	1182
73.2.1. Cabimento.....	1182
73.2.1.1. Rol legal de decisões interlocutórias.....	1182

73.2.1.2.	Tutela provisória	1182
73.2.1.3.	Decisões de mérito	1183
73.2.1.4.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	1184
73.2.1.5.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1184
73.2.1.6.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.....	1185
73.2.1.7.	Exibição ou posse de documento ou coisa.....	1185
73.2.1.8.	Exclusão de litisconsorte	1186
73.2.1.9.	Rejeição do pedido de litisconsórcio	1186
73.2.1.10.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	1186
73.2.1.11.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução..	1186
73.2.1.12.	Redistribuição do ônus da prova	1187
73.2.1.13.	Processos e procedimentos “retrôs”.....	1187
73.2.1.14.	“Taxatividade mitigada”	1188
73.2.2.	Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	1189
73.2.2.1.	Peças obrigatórias.....	1190
73.2.2.2.	Peças facultativas	1191
73.2.2.3.	Peças essenciais	1191
73.2.3.	Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	1192
73.2.4.	Procedimento	1194
73.2.4.1.	Propositura	1194
73.2.4.2.	Distribuição	1194
73.2.4.3.	Negativa de seguimento liminar	1194
73.2.4.4.	Tutela de urgência.....	1195
73.2.4.5.	Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões.....	1196
73.2.4.6.	Oitiva do Ministério Público.....	1197
73.2.4.7.	Julgamento do agravo.....	1197
73.2.4.8.	Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença.....	1198
73.3.	Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau	1200
73.3.1.	Agravo interno	1200
73.3.1.1.	Cabimento.....	1200
73.3.1.2.	Procedimento.....	1201
73.3.2.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	1204
74.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1207
74.1.	Natureza jurídica.....	1207
74.2.	Cabimento	1208
74.2.1.	Pronunciamentos recorríveis.....	1208
74.2.2.	Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	1209
74.3.	Procedimento	1211
74.4.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração.....	1213
74.4.1.	Embargos de declaração intempestivos	1214
74.4.2.	Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios.....	1214
74.5.	Embargos de declaração – intempestividade ante tempus.....	1214
74.6.	Manifesto caráter protelatório.....	1215
74.7.	Embargos de declaração atípicos.....	1216
74.7.1.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1217
74.7.2.	Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	1218
75.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1219
75.1.	Introdução.....	1219

75.2. Cabimento	1221
75.2.1. Processos internacionais	1221
75.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	1221
75.2.3. Recurso ordinário em habeas data e mandado de injunção.....	1222
76. RECURSO ESPECIAL	1223
76.1. Hipóteses de cabimento	1223
76.1.1. Pressupostos cumulativos.....	1223
76.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	1223
76.1.1.2. Decisão proferida por tribunal.....	1224
76.1.1.3. Prequestionamento.....	1226
76.1.1.4. Relevância da questão federal.....	1227
76.1.2. Pressupostos alternativos.....	1229
76.1.2.1. Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	1229
76.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1230
76.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1230
77. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1233
77.1. Hipóteses de cabimento	1233
77.1.1. Pressupostos cumulativos.....	1233
77.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	1233
77.1.1.2. Prequestionamento.....	1234
77.1.1.3. Repercussão geral.....	1235
77.1.2. Requisitos específicos.....	1240
77.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	1240
77.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1241
77.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	1241
77.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	1241
78. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	1243
78.1. Procedimento.....	1243
78.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	1246
78.3. Efeitos dos recursos federais.....	1247
78.3.1. Efeito devolutivo.....	1248
78.3.2. Efeito suspensivo.....	1249
78.4. Julgamento por amostragem.....	1250
78.4.1. Cabimento.....	1250
78.4.2. Instauração.....	1250
78.4.3. Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica.....	1251
78.4.4. Procedimento.....	1254
78.4.5. Eficácia ultra partes e vinculante do julgamento.....	1255
79. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1259
79.1. Introdução.....	1259
79.2. Cabimento.....	1259
79.2.1. Acórdão embargado.....	1261
79.2.2. Acórdão paradigma.....	1262
79.3. Procedimento.....	1262

80. LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1265
80.1. Vacatio legis	1265
80.2. Aplicação imediata.....	1266
80.3. Procedimento sumário e procedimentos especiais.....	1266
80.4. Direito probatório.....	1267
80.5. Direito de preferência.....	1267
80.6. Procedimento comum.....	1268
80.7. Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico	1268
80.8. Insolvência civil.....	1269
80.9. Atos processuais eletrônicos.....	1270
80.10. Depósitos em dinheiro	1270
80.11. Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública.....	1270
80.12. Preparo recursal na Justiça Federal.....	1270
80.13. Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença.....	1271
80.14. Juizados especiais	1271
80.15. Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral.....	1272
80.16. Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	1272
80.17. Usucapião extrajudicial.....	1272
81. PROCESSO COLETIVO.....	1275
81.1. Tutela jurisdicional coletiva.....	1275
81.2. Microsistema coletivo	1276
81.3. Espécies de processo coletivo.....	1277
81.3.1. Processo coletivo comum.....	1277
81.3.2. Processo coletivo especial	1278
81.3.3. Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas)	1279
81.3.4. Ações pseudoindividuais.....	1279
81.3.5. Ação de improbidade administrativa	1281
81.4. Princípios do processo coletivo.....	1286
81.4.1. Acesso à ordem jurídica justa.....	1286
81.4.2. Princípio da participação.....	1287
81.4.3. Ativismo judicial.....	1287
81.4.3.1. Sistemas inquisitivo, dispositivo e poderes do juiz.....	1287
81.4.3.2. Implementação de políticas públicas e processo estrutural.....	1289
81.4.4. Interesse no julgamento de mérito	1291
81.4.5. Disponibilidade motivada	1292
81.4.6. Não taxatividade da tutela coletiva.....	1293
81.4.7. Competência adequada.....	1294
81.5. Legitimidade	1295
81.5.1. Legitimados ativos.....	1295
81.5.1.1. Cidadão	1295
81.5.1.2. Ministério Público	1295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1297